



PROCESSO	Protocolo 1049389/2020
INTERESSADO	Diversos
ASSUNTO	Registros Pessoa Jurídica
DELIBERAÇÃO Nº 033/2020 – CEPEF-CAU/PB	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL, ENSINO E FORMAÇÃO – (CEPEF-CAU/PB) reunida ordinariamente no dia 08 de maio de 2020, no uso das competências que lhe conferem os art. 89 e 90 do Regimento Interno do CAU/PB após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que o art. 6º da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010, dispõe sobre a concessão do registro de sociedade de arquitetos, com registro no CAU Estadual ou no Distrito Federal e com domicílio no País;

Considerando o art. 1º da Resolução nº 28, de 6 de julho de 2012, que determina a obrigatoriedade do registro nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) das pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas. Das pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Das pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista;

Considerando os procedimentos previstos na Resolução CAU/BR nº 28/2012, que Art. 5º O registro inicial de pessoa jurídica deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: a) ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, incluindo as alterações, ou se for o caso, a consolidação e as alterações posteriores; b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); c) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico.

Considerando que para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS), portaria de nomeação ou contrato de prestação de serviços.

Considerando que as pessoas jurídicas que solicitarem registro ficam obrigadas, no ato da solicitação, a comprovar o pagamento, aos empregados e contratados, de salário mínimo profissional aos arquitetos e urbanistas, por meio de demonstrativo próprio, conforme estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966.

Considerando que a pessoa jurídica que não atender aos dispositivos da Resolução 28/2012 terá seu pedido de registro sobrestado até que regularize a situação relativa ao cumprimento do salário mínimo profissional aos arquitetos e urbanistas.



Considerando que terão seus registros deferidos aqueles que atenderem aos dispositivos da Lei nº 12.378, de 2010, e da Resolução 28/2012. E aqueles que tiverem pendências deverão promover diligências para saneamento no prazo de 10 (dez) dias do comunicado. E terão indeferidos o pedido de registro, quando ficar configurada a sua impossibilidade.

Considerando, por fim, que caso a pessoa jurídica não atenda aos dispostos já citados ou não promova o saneamento das pendências verificadas, o processo de pedido de registro será arquivado.

DELIBERA:

I - Pelo DEFERIMENTO das solicitações e efetivação dos registros das seguintes pessoas jurídicas: DELV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI.

II - Pelo INDEFERIMENTO das seguintes solicitações, por estarem em inconformidade com pelo menos um dos requisitos expostos com a Resolução nº 28/2012 do CAU/BR: CAROLINE FELIPE SANTOS.

III - Para as solicitações de registro indeferidas, pedir à Divisão de Atendimento ao Público (DAP) que solicite a documentação pendente dos requerentes.

Com **03 votos favoráveis** dos conselheiros Washington Dionísio Sobrinho, Ernani Henrique dos Santos Júnior e Gustavo Nóbrega de Lima.

Em razão das medidas de isolamento social nos termos da Portaria 03/2020 do CAU/PB, que trata de medidas protetivas no ambiente de trabalho e da necessidade de adotar medidas temporárias e emergenciais para enfrentamento da pandemia do COVID-19; e considerando que no mês de abril de 2020 as reuniões estão sendo realizadas por meio de videoconferência, as assinaturas serão colhidas posteriormente em meio físico.

João Pessoa, 08 de maio de 2020.

Washington Dionísio Sobrinho

Coordenador

Ernani Henrique dos Santos Júnior

Coordenador Adjunto

Gustavo Nóbrega de Lima

Membro Suplente
